

O VOTO DE CABRESTO NO BRASIL

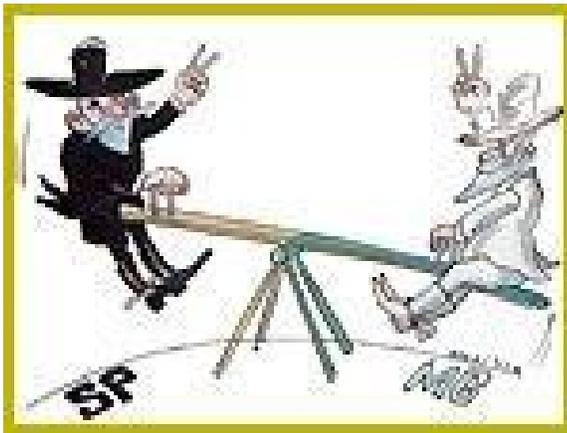


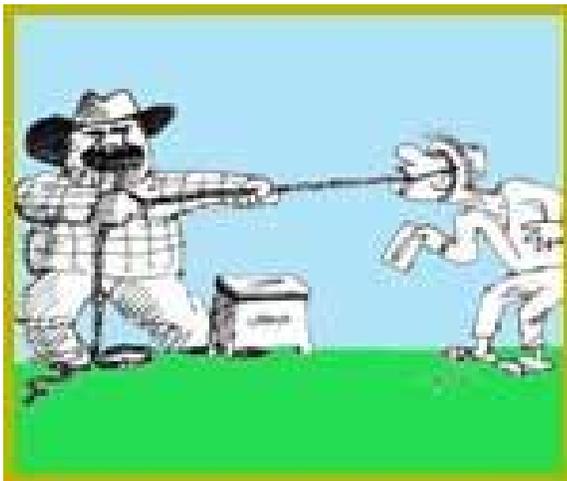
Ilustração de Mollica

Na política adotada pela República Velha (conhecida por café-com-leite) só dois Estados da Federação tinham vez na Presidência da República: São Paulo e Minas Gerais.

O revezamento das oligarquias agrárias paulistas e mineiras no Poder Central (elegendo quase todos os presidentes da República até 1930) era assegurada pela prática do Coronelismo (voto de cabresto) e pela Política dos Governadores (aliança entre os poderosos políticos estaduais e o Governo Federal).

E para completar o “esquema”, no Congresso Nacional funcionava a Comissão Verificadora com o objetivo de convalidar ou não o resultado das eleições nacionais.

Assim, fechava-se o cerco da política da República Velha: numa ponta, os “Coronéis” fazendeiros; na outra, os membros da “Comissão”.



O carcomido sistema eleitoral do Império pouco mudou na República Velha: apenas o voto censitário (baseado na renda) foi substituído pelo voto masculino, deixando de fora as mulheres, os menores de 21 anos, os analfabetos, os mendigos, os religiosos (das ordens monásticas) e os militares (com patentes inferiores a oficiais). Em consequência, calcula-se que somente 6% da população brasileira votava. Além disso, o voto continuava sendo aberto (não secreto) possibilitando a identificação e o controle de cada votante. Dessa forma, o eleitor que não votasse no “coronel” (no candidato por ele indicado) poderia sofrer todo tipo de perseguição.

O voto imposto pelos “coronéis” contra a vontade do eleitor ficou conhecido como “voto de cabresto”. Charge de Claudius. Brasil Vivo 2, de Marcus Vinício, Chico Alencar e Claudius Ceccon. Editora Vozes, 1996

Paralelamente ao voto aberto (conhecido por voto de cabestro, dado sob pressão), vários mecanismos fraudulentos (todos do conhecimento das autoridades oficiais) eram utilizados nas eleições. Exemplos mais comuns: fornecimentos de títulos a menores de 21 anos e a analfabetos; permissão para um eleitor votar várias vezes; adulteração de atas e urnas eleitorais; contagem de votos de defuntos e muitas outras artimanhas.

Na prática, a política exercida na jovem República estava distante das leis escritas e dos ideais democráticos. O voto não era secreto. Mulheres, analfabetos e menores de 21 anos não votavam. Em compensação, todo um imenso eleitorado fantasma, constituído por nomes inventados, mortos “ressuscitados,” garantia o sufrágio segundo a vontade da reduzida elite que governava o país (Nosso Século, vol. 2, p. 57, Abril Cultural, São Paulo, 1985) .

A política dos governadores foi um compromisso político entre o governo federal e as poderosas famílias que governavam os estados. Essas oligarquias estaduais fariam de tudo para ajudar a eleger os deputados e senadores favoráveis ao governo federal; este, por sua vez, retribuiria com apoio político e financeiro para que continuassem no poder” (História do Brasil, Império e República, vol. 2, p. 107, Alfredo Boulos Júnior, FTD, São Paulo, 1997).

CC0 (Creative Commons Zero) – O autor renunciou a todos os direitos e o material pode ser usado livremente.